

AGROECOLOGIA: UMA CIÊNCIA PARA A VIDA
E NÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Obra resenhada:

AGROECOLOGIA: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1).

José de Souza Silva¹

O que é mais importante que a vida? Nada. Porém, sob uma visão do universo como uma engrenagem mecânica governada por leis mecânicas, a fonte de coerência da física mecânica de Newton (1643–1727), a ciência moderna, aceitando que *o mundo é uma máquina*, nasceu como uma “ciência das coisas”, não da vida. Por isso, hoje a agricultura é vista como uma máquina de produzir alimentos, fibras e energia, enquanto na pesquisa agrícola ainda prevalece uma equipe de cientistas “engenheiros” cuja função instrumental é aumentar a eficiência produtiva dessa “máquina chamada agricultura”. Assim, se uma visão de mundo é um conjunto de premissas – verdades – sobre o que é a realidade e como esta funciona, a realidade é o que nossa visão de mundo nos permite perceber.

Desde os anos 1960, a *visão mecânica de mundo*, dominante na época do industrialismo, está em crise porque a coerência do modo de produção e consumo da sociedade industrial não é consonante com os limites do planeta. A humanidade vive uma mudança de época, não uma época de mudanças. O símbolo máximo do progresso durante a época do industrialismo, a fumaça das chaminés das fábricas industriais, hoje significa contaminação. Por isso, estamos vulneráveis, do cidadão ao planeta. Junto com a época emergente,

¹ Engenheiro-agrônomo, Ph.D. em Sociologia, pesquisador da Embrapa Algodão, Rua Oswaldo Cruz, 1143 – Centenário, Caixa Postal 174, CEP 58428-095 Campina Grande, PB. jose.souza-silva@embrapa.br

surgem também outras visões de mundo que competem para assumir o lugar protagonista da concepção mecânica da realidade hoje em crise. Por exemplo, de uma revolução tecnológica (biotecnologia, nanotecnologia), liderada pela revolução na tecnologia da informação e comunicação, surge uma **visão cibernética de mundo** que reduz tudo a informação. Sob essa visão, a *agricultura de precisão* é a obra-prima da ciência moderna que comemora a ilusão do controle total sobre a natureza.

Como a física mecânica perdeu a coroa de rainha das ciências, porque o mundo não é nem funciona como uma máquina, uma **visão mercadológica de mundo** surge com a revolução econômica em curso para estabelecer um novo regime de acumulação do capital e uma nova institucionalidade para sua gestão. Sob a metáfora do mundo-mercado, na qual o mercado é o princípio reitor da vida natural, social, política e científica, a agricultura é reduzida a um negócio, o agronegócio. Seus promotores adotam a dimensão instrumental da agricultura de precisão, mas constroem sua própria obra-prima, a *agricultura transgênica*. Nesta, a ciência altera o código da vida e nele inscreve principalmente os caracteres da gramática econômica de corporações transnacionais que a financiam, transformando-a numa ciência comercial, para o lucro e não para a vida. Paralelamente à visão mercadológica de mundo, na mesma época histórica emergente, uma **visão contextual de mundo** surge da luta dos movimentos sociais para chamar a atenção da humanidade para a complexidade, diversidade e diferenças constitutivas das realidades globais e locais, nas quais a certeza, a estabilidade, a linearidade e a monocausalidade não existem nos sistemas naturais, e muito menos nos sociais. A ciência da **Agroecologia** emerge dessa visão, na qual nada é anterior nem superior à vida.

Com base na metáfora do mundo-ágora, espaço em que a realidade emerge como uma trama de relações, significados e práticas entre todas as formas e modos de vida humana e não humana, a agroecologia admite que a sustentabilidade implica cultivar essas relações, significados e práticas que geram a vida, sustentam a vida e dão sentido à existência; quando violamos essa trama de vida, criamos vulnerabilidade, e quando dela cuidamos, contribuímos à sua sustentabilidade. Trata-se de uma ciência com consciência. **Agroecologia, princípios e reflexões conceituais**, da série Transição agroecológica, uma publicação conjunta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma grata

surpresa no momento de uma mudança de época, quando “compreensão” é o fator estratégico mais escasso. Editado por João Carlos Costa Gomes, pesquisador da Embrapa Clima Temperado, localizada em Pelotas, RS, e William Santos de Assis, professor da Universidade Federal do Pará, em Belém, PA, o livro é constituído de cinco capítulos tão diversos quanto relevantes para compreendermos a gênese, significados, avanços e contribuições atuais e potenciais da agroecologia como ciência, movimento e prática no mundo, principalmente no Brasil.

O capítulo 1 nos guia por meio dos caminhos já construídos pela agroecologia no Brasil, permitindo-nos revisar tanto os descaminhos da agricultura moderna quanto os conceitos e preconceitos presentes na trajetória das “agriculturas alternativas”, que, apesar da persistência de algumas divergências, caminham de forma convergente “à causa agroecológica”. Com a emergência e institucionalização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da ABA, essa convergência ganhou uma nova dinâmica e um novo significado. O capítulo 2 lança luz sobre a construção do conhecimento agroecológico com base na crise da racionalidade produtivista da época do industrialismo, hoje sob questionamento inexorável. A epistemologia agroecológica reconhece que, fora da ciência, o saber científico continua imprescindível, mas é apenas um entre outros saberes igualmente relevantes, enquanto, dentro da ciência, o paradigma positivista já não detém o monopólio da geração de conhecimento científico válido. Outras opções paradigmáticas igualmente científicas emergem para interpretar e manejar os fenômenos que dependem da percepção humana, já que o paradigma clássico perdeu seu monopólio, e suas contribuições ficam limitadas aos fenômenos físicos, químicos e biológicos cuja natureza e dinâmica não dependem da interpretação humana. O capítulo explora as raízes epistemológicas, metodológicas e pedagógicas da crise ambiental, que revelam a falsa premissa de que o conhecimento científico é universal e neutro, razão pela qual o conhecimento agroecológico é interativamente gerado e socialmente apropriado no contexto de sua aplicação e de suas implicações.

O capítulo 3 explora o mundo fora da ciência para dialogar com outros saberes cujas racionalidades são desqualificadas pela arrogância da ciência moderna, que os invisibiliza e boicota suas contribuições potenciais à resiliência do planeta e à sustentabilidade dos modos de vida rurais e urbanos. Atores locais, em seus microcontextos, criam relações, significados e práticas, vitais para a

sustentabilidade dos modos de vida locais, que nenhuma disciplina científica conhece. Por isso, na perspectiva agroecológica, inovações localmente relevantes emergem de processos de interação social com a participação dos atores que necessitam delas e serão impactados por elas. O capítulo 4 trata do conceito de transição agroecológica cujo foco é a (re)construção da sustentabilidade dos agroecossistemas semidestruídos pela racionalidade mecânica, reducionista e ecocida do paradigma clássico da ciência moderna, que legou um agronegócio que existe para “fazer dinheiro” onde há opulência – e não para alimentar quem tem fome –, sem compromisso com a vida.

O capítulo 5 constrói uma resposta convincente para a questão: “existe crise alimentar ou um sistema alimentar em crise?”. A resposta é construída vinculando-se a agroecologia com os mercados e os sistemas agroalimentares dos quais dependem os modos de vida no planeta. Nesse capítulo, os leitores aprendem como as relações poder/saber combinam-se para atender a interesses corporativos situados fora dos setores de produção e processamento de alimentos, que promovem a “desnaturalização do processo produtivo de alimentos”, criando vulnerabilidade para a vida humana e não humana. Suas considerações finais realizam um imprescindível esforço interpretativo que articula, de forma coerente, as contribuições de seus capítulos e encerra com um chamado a todas as pessoas comprometidas com o potencial da agroecologia: “... acredita-se que as divergências que se observam quanto às concepções e estratégias relacionadas à agroecologia significam pouco frente ao enorme desafio de superação do modelo hegemônico do agronegócio. Muitos passos já foram dados nesse sentido. O momento é de seguir em frente”.

Em suas 245 páginas, esse livro poderoso faz contribuições absolutamente relevantes a quem se pergunta, por exemplo, por que, depois de séculos de “progresso” e décadas de “desenvolvimento”, a humanidade está mais desigual, e o planeta mais vulnerável? Por isso mesmo, em meio aos meus mais efusivos desejos, de que a série Transição Agroecológica continue publicando livros desse quilate, quero chamar a atenção dos autores que realizaram tão relevante esforço para um ângulo crítico: no caso da absoluta maioria dos autores da maioria dos livros publicados no mundo sobre esse e outros temas afins, tais pessoas são reféns da “ideia de desenvolvimento” que, penso, é incompatível com o propósito da agroecologia como ciência, movimento e prática. Ainda falam de “desenvolvimento sustentável”, cujo conceito estabelecido pela

Comissão Brundtland é uma farsa, pois é apenas uma promessa que nem sequer está sendo cumprida.

Um conceito é uma construção para gerar compreensão, que não é o caso do “desenvolvimento sustentável”, que apenas promete atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Porém, a “ideia de desenvolvimento”, substituída da “ideia de progresso”, desmoralizada depois da Segunda Guerra Mundial (holocausto, bomba atômica), não passa de uma invenção ideológica, criada com base na noção de raça, para ocultar o capitalismo expansionista e a dicotomia superior–inferior (civilizados–primitivos; desenvolvidos–subdesenvolvidos) que legitima o seu *modus operandi* inescrupuloso na eterna busca e conquista de mercados cativos, matéria-prima abundante, mão de obra barata, mentes dóceis e corpos disciplinados, ao mesmo tempo em que viola o humano, o social, o cultural, o ecológico e o ético, desde 1492.

Esse capitalismo, disfarçado de “progresso” no passado e de “desenvolvimento” no presente, é incompatível com o propósito de contribuir à construção de sociedades felizes com modos de vida sustentáveis. A agroecologia só pode florescer, em todas suas potencialidades, no **“dia depois do desenvolvimento”**. Esse dia chegará para quem rejeitar a meta universal, “ser desenvolvido”, e, portanto, rejeitar a falsa premissa de que existe um modo de vida superior, o “desenvolvimento”, a ser aspirado e emulado, e um modo de vida inferior, o “subdesenvolvimento”, a ser rejeitado e superado, assim como a ideia de que o relevante existe sempre em certos idiomas, é criado sempre por certos atores e chega a nós sempre de certos lugares, superiores, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares, inferiores.

Se, numa mudança de época, tudo está em crise, como pensar uma forma de superar uma crise quando também está em crise a própria forma de pensar? Uma resposta possível é que devemos realizar primeiro uma descolonização epistêmica do pensamento hegemônico, respondendo a perguntas como:

- Que atores inventaram as premissas – verdades – que legitimam a meta universal, “ser desenvolvidos”, para todos os povos, e a dicotomia superior–inferior que a reproduz?
- De qual lugar geográfico enunciaram suas verdades?
- Em que momento histórico isso aconteceu?

- Com que intenção política foi concebida tal proposta?
- Que processo institucional transferiu essas verdades até nós?
- Que instituições ainda reproduzem ditas verdades entre nós?

Quem responde a perguntas como essas conclui que o fim da agroecologia não é a sustentabilidade da agricultura, mas dos modos de vida dos quais a agricultura é constitutiva. Se a agricultura foi inventada pelos humanos como um meio para a sustentabilidade das comunidades emergentes, e não como um fim em si mesma, a transição agroecológica, da agricultura familiar tradicional à *agricultura familiar agroecológica*, deve ser orientada para contribuir à felicidade das comunidades rurais e à sustentabilidade de seus modos de vida, e não para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, que é uma alternativa de desenvolvimento. A agroecologia pode contribuir à construção do bem viver rural, uma alternativa ao desenvolvimento, no qual a vida é a origem, centro e fim de todo o pensar e atuar humano. A agroecologia pode libertar-nos da “ideia de desenvolvimento”, para liberar nossas energias exclusivamente para a vida. Do contrário, no falso altar do “desenvolvimento”, continuaremos reproduzindo o capitalismo racial, desigual, patriarcal e ecocida que ameaça a vida no planeta. Até quando? A que custo?